

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU

Departamento de Teoria e História

Arquitetura e Urbanismo Brasileiros: Colônia e Império.

O surgimento e desenvolvimento da cidade de Goiás

Thais Veiga Brandão - 99/53507

Rommel Dias Marques Ribas Brandão - 99/04875

Abril de 2002

Introdução:

Mesmo com o descobrimento do Brasil em 1500, somente algumas décadas mais tarde o país passa a ser ocupado pelos portugueses. O desinteresse nessas terras era tanto, que apenas com ameaças e invasões de outros povos – franceses no Rio de Janeiro (1555/1559) e no Maranhão (1612/1615) e holandeses em Pernambuco (1624/1654) - Portugal decide realmente povoar a colônia americana, fundando os primeiros povoados, localizados ao longo de todo o litoral, garantindo assim a posse do território. Os principais motivos do desleixo português eram os altos rendimentos do comércio com as Índias e a descrença na existência de ouro ou metais preciosos nessas terras, segundo descrito por Pero Vaz de Caminha em sua famosa carta à metrópole. “...da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque, até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.¹

A entrada no interior só se deu no início do século XVII com o movimento das bandeiras, considerado por muitos estudiosos o marco do verdadeiro início do Brasil. Devido à grande dificuldade da viagem e da vida na colônia, tornava-se rara a presença de mulheres brancas no Brasil, formando nessa época uma população já não constituída de portugueses, mas de legítimos americanos, filhos de uma miscigenação de raças, responsáveis pelo estabelecimento de uma identidade nascente com a terra brasileira. É essa nova geração que se encarrega de povoar o interior do país, apoiada pela coroa, que tinha, agora, interesse em ampliar suas fronteiras a oeste, capturar índios para mão-de-obra caseira e ânsia de encontrar metais preciosos e esmeraldas, espelhados no exemplo espanhol. A partir da bandeira de Fernão Dias Pais, um dos mais importantes bandeirantes da nossa história, a busca do eldorado tornou-se uma obsessão. Essas expedições compunham-se de corpos de combate de caráter hostil, que enfrentaram inúmeros obstáculos para atingir seus objetivos. A começar pela Mata Atlântica, verdadeira barreira física transposta apenas pelo alto, onde a floresta era menos densa, tendo devastado grandes áreas territoriais e enfrentado ainda os jesuítas na busca por prisioneiros indígenas. Apesar de tudo, progrediu e se estabeleceu como a principal atividade do século XVII e início do século XVIII, quando se registra a chegada da última grande bandeira, chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, em território goiano.

Optamos por conhecer um pouco mais desse território goiano, e através de pesquisas, visita à cidade de Goiás e conversas informais com moradores, conseguimos obter dados interessantes da história e das características de uma cidade tão próxima porém até então desconhecida.

¹ Vicente do Salvador – 1627 no comentário final de sua *História do Brasil* em MATTOS, *Os Caminhos de Goiás* pg.35

História ou estória?

As diversas fontes de estudo da história de Goiás, principalmente as mais recentes, trazem ferrenhas críticas às obras dos primeiros historiadores que trataram do assunto. A escassez de documentos e a falta de pesquisas sólidas sobre os fatos ocorridos são os principais motivos alegados para o surgimento de uma série de fantasias em torno da verdade histórica.

Segundo Americano do Brasil a descoberta deste território ocorreu no ano de 1592, com Sebastião Marinho, sendo este seguido de três outras expedições no período que vai até 1673, ano da chegada de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro *Anhanguera*². Americano registra, ainda, o vertiginoso aumento do número de expedições(bandeiras) no final do século XVII e princípio do XVIII em função do maior interesse da metrópole em descobrir riquezas minerais, citando a bandeira do segundo *Anhanguera*, filho do primeiro, como a última grande expedição registrada nos autos.

Tais informações, de acordo com Joaquim Francisco de Mattos, são insustentáveis por não se basearem em documentos, desconsiderando o contexto histórico da época. Mattos, a partir de pesquisa solidamente fundamentada, com a apresentação de cartas, laudos e outros documentos diversos, comprova que o atual estado de Goiás era completamente desconhecido até 1721. Pelo fato de não haver, no século XVI, nenhum interesse declarado da metrópole que justificasse a entrada nos confins de territórios tão inacessíveis, atribuir a iniciativa de tão vultosa empreitada a interesses particulares, seria desconsiderar o regime político absolutista da época, segundo o qual a colônia não gozava de qualquer autonomia. As primeiras organizações de bandeiras sertanistas surgiram em 1610, com o intuito de expandir as fronteiras portuguesas e capturar ameríndios. Em 1601 já havia companhias militares com propósitos semelhantes, todavia sem força significativa, sendo compostas de cerca de 30 a 36 homens no total.

No ano de 1674, Fernão Dias Pais e seu filho Garcia Rodrigues Pais, saem rumo ao interior em busca de esmeraldas, o suposto descobrimento das tais no ano de 1681, representou um grande impulso à realização de novas bandeiras muito mais estruturadas que as primeiras — sendo esse um dos motivos que descredenciam a chegada de expedições anteriores, muito menos preparadas, a lugares tão longínquos. A expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro, parte de São Paulo em 1682, muito provavelmente pela mesma rota de Fernão Dias Pais, em direção a Minas Gerais, já que praticamente garantido estaria o sucesso da empreitada. Esta bandeira chegou em território dos índios *guayazes ou goyazes*, índios pacíficos que, de acordo com especialistas, habitavam o planalto de

² Epíteto que em língua indígena quer dizer *Diabo Velho* resultado do estratagema utilizado pelo bandeirante para ludibriar os gentios, em que, ateando fogo numa vasilha com aguardente, ameaçava abrasar todos os rios e todos os índios que não se rendessem a ele.

Piratininga, interior, ainda, da capitania de São Paulo. Daí, por meio de estudo comparativo das diversas tribos existentes na época e seus respectivos territórios, conclui-se que a expedição do segundo *Anhanguera*, a qual de fato chegou às cercanias de Vila Boa, tendo encontrado aí índios ferozes, não poderia ter chegado ao mesmo território desbravado por seu pai. O território do atual estado de Goiás era habitado pelos índios *caiapós* e a confusão, que ironicamente batizou o estado, foi fruto da já obliterada memória do segundo Bartolomeu, que quarenta anos antes participara da bandeira do pai e julgou ter retornado àquele mesmo local. A comunicação datada de São Paulo, a 27 de outubro de 1725, do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes ao rei declara:

*“...o explorador dos descobrimentos dos Goyazes, Bartolomeu Bueno da Sylva, q. mandei no anno de 1722 a aquele certão, em o qual andou três anos, e dous mezes sem poder acertar com a paragem, que buscava, por haver quarenta annos, q. a tinha visto, de cujo dilatado tempo se seguiu dificultarselhe o q. a fantazia lhe facilitava, e sem embargo de ser deminuto de forças por lhe haver morrido, e dezertado a mayor parte da gente q. o acompanhava, não afroxou na diligência, porq. Como valerozo, constante, e leal vaçallo de V. Mag. e desprezou os evidentes perigos, q. trazia diante dos olhos assim pela multidão de gentio bárbaro, q. continuadamente se avezinava com elle, como grande esterelidade...”*³

Outro mito em relação à história de Goiás, é o da decadência de sua sociedade, conforme escritos de Auguste de Saint-Hilaire e outros inúmeros viajantes que passaram por essas terras. De acordo com Nasr Fayad Chaul, Goiás nunca chegou a formar uma sociedade nos moldes da Europa daqueles tempos, nem mesmo nos moldes das capitanias menos afastadas do litoral e a idéia de decadência é fruto justamente de uma visão completamente alheia à realidade local.

A comprovação dos fatos históricos é de extrema importância para que consigamos fazer da história um relato preciso dos acontecimentos, ela não pode se transformar num conjunto de informações individuais desconexas que acabam por não cumprir sua função, a de fornecer subsídio para compreensão da sociedade e dos processos que levam à configuração da nossa realidade.

De Arraial a Vila

A bandeira do segundo *Anhanguera* apesar de ter chegado às cercanias da Serra Dourada no ano de 1725, só se instalou definitivamente no sítio onde se encontra hoje a cidade de Goiás Velho no ano de 1727 quando da descoberta do ouro de aluvião nas minas do rio Vermelho. O marco dessa fixação foi a construção da capela de Santana, cujo nome foi dado também ao arraial que ora ali se fundava.

Um contingente enorme de pessoas, em sua maioria aventureiros, fugitivos, devedores e egressos de outras minas, atraídos pela febre do ouro, encaminhavam-se para as novas terras de Bartolomeu. Este é um aspecto muito importante para a compreensão da sociedade que ali se formava. A distância e o isolamento dessas paragens impediam o funcionamento de aparatos legais que reprimissem contravenções, favorecendo o estabelecimento de uma ordem baseada em violências e excessos — “...nenhum homem ousava ir ao encontro de outro sem levar armas, e não as largavam nem mesmo para se apresentarem nas igrejas.”⁴

Com o aumento da produção aurífera, Goiás passa a merecer maior atenção por parte da coroa, que começa a tomar medidas no intuito de garantir a captação tributária naquelas terras. Em 1732, uma ordem régia proíbe a abertura ou utilização de qualquer outra rota de acesso ao sertão goiano, sob pena de confisco de qualquer mercadoria portada por usuários de rotas alternativas. Essa medida pouco adiantou, tendo em vista as dificuldades de fiscalização. O poder de controle da rota única, dentre outras concessões, era dado ao descobridor, no caso, Bartolomeu Bueno, nomeado capitão-mor regente. Esses privilégios, desde 1728, nutriam rivalidades entre bandeirantes paulistas e reinóis (naturais do reino), os quais trataram de providenciar, em 1734, a criação da Capitania de Goiás e a instituição de uma ouvidoria sob alegação de corrigir os problemas de contrabando e sonegação. Bueno é destituído de seu cargo vindo a falecer no ano de 1740, “*em grande pobreza, acabrunhado de anos e fadigas, e sob a impressão dolorosa da ameaça de confiscação dos seus bens para pagar os dízimos atrasados, de 1722 a 1733, importando em mais de arroba de ouro*”⁵.

De fato, o problema da sonegação esteve sempre presente na história dos ciclos da mineração, muito em razão das características mencionadas anteriormente como o isolamento e a dificuldade de fiscalização. Porém grande parte da sonegação pode ser atribuída à taxação excessiva, o que ainda é um problema do sistema tributário brasileiro. Várias maneiras diferentes de taxação foram praticadas

³ MATTOS em *Os Caminhos de Goiás* pg. 89

⁴ SAINT-HILAIRE em *Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e Pela Província de Goyaz* pg.304

⁵ BRASIL em *Súmula de História de Goiás* pg.59

por Portugal, cobrando ora uma porcentagem sobre a produção total (quinto), ora um valor fixo por escravo. Chegou-se a cobrar até mesmo o quinhão, que era a quarta parte da produção.

Podemos ressaltar que nesse tempo (1734), em Goiás, o imposto era muito superior ao cobrado no resto da colônia. “*Uma loja grande, que em Minas pagava 24 oitavas de ouro em impostos, em Goiás pagaria 60 oitavas*”.⁶

No ano de 1736, a coroa envia à capitania o Conde de Sarzedas, Capitão Geral de São Paulo, com a incumbência de escolher o melhor local para erigir sua primeira vila. Porém em virtude de seu falecimento, a vila só foi criada em 25 de julho de 1739 pelo sucessor D. Luís Mascarenhas, o qual permaneceu ali nos três primeiros anos de sua administração, funcionando a vila como a própria capital de São Paulo. Vila Boa foi o nome dado, em homenagem ao seu descobridor.

O Princípio da Formação Urbana

“ Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África Senhor Guiné, etc. Faço saber a vós Conde de Sarzedas, governador e Capitão general da Capitania de São Paulo, que Eu sou servido por resolução de 7 deste mês presente e ano, em Consulta do meu Conselho Ultramarino passeis as minas de Goyas e nelas determineis o sitio mais a propósito para uma Vila e procureis que seja o que parecer mais saudável, e com provimento de boa água e lenha e perto de um arraial que se ache já estabelecido, para que os moradores delle possam com mais comodidade mudar a sua habitação para a Vila e logo determineis nela o lugar da Praça no meyo da qual se levante pelourinho e se assinale a área para edificio da Igreja capaz de receber competente número de fregueses ainda que a povoação se aumente e que façais delinear por linhas rectas a área para as cazas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a Caza da Camara e das Audiencias e Cadeya e mais oficinas publicas que todas devem ficar na área determinada para as cazas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleyçã de sorte que em todo tempo se conserve a mesma fermosura da

terra e a mesma largura das ruas, e junto da Vila fique bastante terreno para logradouro publico, e para nele se poder edificar outras cazas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandão se fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em nenhum tempo dar de sesmaria ou aforamento parte alguma sem ordem minha que derogue esta, e os Governadores poderão repartir de sesmaria toda a mais terra com as cláusulas e condições com que se dão as mais do Brasil, excepto na extensão de terra que se costuma dar a cada morador, porque nos contornos da dita Vila dentro em seis legoas de distancia dela se não poderá dar a cada morador mais do que meya légoa de terra em quadro, porem à mesma Vila se dará huadatta de quatro legoas de terra em quadro fora do logradouro público, a qual data de quatro legoas administrarão os officiaes da Camara para do seu rendimento se fazerem as obras e despesas do Concelho, e desta terra poderão aforar para o mesmo efeito aquellas partes que lhes parecer observando o que dispoem a Ordenaçã para estes aforamentos; e fora das ditas seis legoas, se darão as terras por sesmarias na forma que se pratica nas mais terras do Brasil, e na forma que a Ordenaçã dispoem, se faça logo eleyçã das pessoas que hão de setrvir os cargos da terra aonde haverá dois juizes ordinarios , e dois Vereadores, hum Procurador do Concelho que sirva de Tesoureiro e demais do Escrivão e Meyrinho da Superintendência, haverá hum Escrivão da Camara que sirva por hora também da Almotaçaria e hum Escrivão do publico judicial e Nottas, que sirva também das execuções, e escreva alternativamente com o Escrivão da Superintendencia como se pratica com os officiaes das ouvidorias e se faça o Alcayde na forma que dispoem a Ordenaçã. El Rey Nosso Senhor mandou pelos dittos Joseph de Carvalho Abreu e João de Souza conselheiros do seu Concelho Ultramarino e se passou por duas vias. Antônio de Souza Pereira a fez em Lisboa Ocidental a 11 de fevereiro de 1736”.⁷

A carta régia acima trata da criação da Vila Boa de Goiás, a qual, descumprindo uma série de recomendações do documento, foi implantada exatamente sobre a malha já existente no arraial de Santana, e não próximo a ele. O traçado do arraial trazia as características de irregularidade dos povoamentos portugueses. De acordo com Bernardo Élis, a cidade atual estrutura-se quase exatamente da mesma maneira que na época da criação da Vila, tendo como espaços ordenadores principais o largo do Chafariz ou da Boa Morte, a rua da Fundição, o largo do Palácio, a rua Moretti Foggia (rua Direita) e por fim o largo do Rosário dos Pretos, logradouros que naqueles tempos recebiam denominações diversas.

⁶ ÉLIS em *Vila Boa de Goiás* pg.8

⁷ NEIVA em *Goiás, Uma Reflexão Sobre a Formação do Espaço Urbano* pg.12

Fica claro na carta régia que não houve nenhuma intenção de se implantar o modelo de cidade barroca vigente na Europa da época, o qual se compunha de ruas claras, largas e arejadas, situadas em terreno plano, ressaltando o poder real ou eclesiástico através das vastas perspectivas formadas pelas ruas que convergiam para os focos do poder. Ao contrário, traz características mouras, fato facilmente compreensível considerando sua grande influência na arquitetura portuguesa, presentes inclusive nas colônias que vão desde o Atlântico até as Índias numa extraordinária unidade.

Por cinco séculos Portugal esteve sob jugo do império árabe (711-1139), que imprimiu de maneira indelével as marcas de sua cultura. Quando Portugal se livra deste domínio, inicia-se uma tentativa frustrada de banir qualquer influência moura existente em toda península Ibérica. Mas as duas culturas já não mais eram passíveis de separação visto estarem profundamente amalgamadas. No reinado de D. Manoel (séc. XV) começa um processo de revalorização da influência árabe, pouco antes da descoberta do Brasil. A cidade árabe está, portanto, contemplada na carta de 1736 no que diz respeito ao caráter uniforme do exterior em contraste com a liberdade dos interiores, característica muito presente nas cidades coloniais do Brasil.

Mais especificamente em Vila Boa, é marcante a existência de becos sem saída, bem mais próximos do adarve (do árabe **ad-darb**) do que qualquer elemento urbano ocidental, muito embora não se possa dizer que o traçado urbano da vila seja espelhado no modelo árabe, visto que neste o conjunto de tortuosas ruas forma um emaranhado labirinto. Segundo Goitia, o adarve seria a negação da rua como valor estrutural, pois: *“não tem saída, não tem continuação, não serve a interesse público, mas sim a interesse privado, o do conjunto de casas em cujo interior penetra para que elas tenham entrada”*⁸. Apesar da irregularidade das ruas de Vila Boa, há uma certa coerência na disposição das mesmas o que deixa claro a distinção dos dois modelos.

A tradição da cidade medieval portuguesa também traz grande influência na conformação da paisagem urbana de Vila Boa. Sua implantação em terreno acidentado, a irregularidade do traçado e a estruturação das praças — os chamados largos ou terreiros, constituídos mais por um alargamento das vias do que por um espaço autônomo planejado —, são exemplos disso.

⁸ NEIVA em *Goiás, Uma Reflexão Sobre a Formação do Espaço Urbano* pg.35

Das Construções

A ocupação inicial concentrou-se às margens do rio Vermelho, em função da extração do ouro naquele local. Somente a partir da elevação do arraial à condição de vila é que começa uma estruturação mais caracterizada do espaço urbano, definindo-se o largo onde ficaria a Cadeia, o largo onde ficaria a Igreja Matriz — supostamente junto ao local da antiga capela de Santana, formando o eixo principal que define a cidade até os dias de hoje.

Matriz de Santana e N. Sra. do Rosário

A primeira metade da década de 40 foi o período em que mais se viu ouro em Goiás, marcado pela conclusão da Matriz de Santana no ano de 1743, maior e mais luxuosa igreja de todas já construídas na região. Sua planta veio diretamente de Lisboa, em substituição a um desenho anterior vindo de São Paulo e considerado imperfeito. Infelizmente, pela péssima qualidade de execução da obra, o teto da matriz ruiu no ano de 1759, 16 anos depois, provocando uma das mais inestimáveis perdas do patrimônio artístico goiano. A saga da matriz não termina aí. Ela foi reconstruída inúmeras outras vezes após uma série de desabamentos, restando hoje em dia, um projeto de gosto duvidoso concluído em 1970 o qual agride a escala da cidade, requerendo inclusive uma intervenção do IPHAN no ano de 1998 numa tentativa de harmonizá-la com o seu entorno. Outra igreja que em Goiás destoa completamente da tipologia das construções ali existentes é a igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída já no século XX. Não sabemos por que motivo esta igreja encontra-se lá da maneira que se pode ver na fotografia mais recente, todavia, na foto de 1915 podemos observar ao fundo a igreja original de N. Sra do Rosário dos Pretos, construída em 1734 e que servira de Matriz até o ano de 1743.

Palácio Conde dos Arcos

Na época da chegada dos primeiros governadores, a vila não possuía construções que atendessem às necessidades administrativas e de residência oficial. Assim sendo, as melhores casas existentes eram compradas e posteriormente adaptadas para abrigarem suas novas funções. Um exemplo dessa apropriação é o Palácio Conde dos Arcos, cujo nome é uma homenagem ao primeiro

governador da capitania, D. Marcos de Noronha, que governou de 1749 a 1754, quando foi nomeado Vice-rei do Brasil. Adaptado a partir de quatro casas pertencentes a Domingos Lopes Fogaça, sofreu várias reformas ao longo dos anos como na fachada principal: “ *a substituição do beiral por platibanda, com acréscimo de frontão, com cunhais apilarados e com um alargamento na porta principal que, além do mais, recebeu um arco pleno em sua verga, elemento esse que não se encontra similar em nenhum outro edifício da cidade*”.⁹ Outros acréscimos foram feitos como o refeitório e o terraço lateral em 1855.

Quartel do XX

O primeiro edifício oficial implantado em território goiano foi o Quartel do XX Batalhão de Infantaria em 1747, a partir da reforma de várias residências utilizadas inicialmente como alojamento militar. Localizando-se no atual Largo do Chafariz, a construção emprega a técnica construtiva da taipa de pilão nas paredes externas e o adobe nas internas, possibilitando nestas, menores espessuras. É um prédio simples, composto praticamente de pavimento único avarandado em torno de um grande pátio central e possuindo um tímido segundo pavimento sobre o saguão de entrada e a cela da prisão.

Casa de Câmara e Cadeia

A primeira construção oficial feita não mais a partir de adaptações, mas sim para atender a uma função pré-estabelecida foi a Casa de Câmara e Cadeia, erigida durante o governo de D. João Manoel de Melo em 1761. Situada em local estratégico, na parte mais alta do Largo da Boa Morte (atual Largo do Chafariz), conferindo monumentalidade ao edifício, o que denota a intenção de marcar o caráter imponente das funções ali representadas. O projeto, trazido da Corte, possui no pavimento térreo a cadeia, e no superior salões destinados às atividades legislativas e judiciárias. Possui ainda uma pequena sineira que soava alarmando em caso de incêndio, anunciando o julgamento de presos e saudando a chegada dos visitantes mais ilustres. Do ponto de vista de linguagem, o prédio apresenta características maneiristas como a simetria, a marcação imponente da porta de entrada, e as vergas e sobrevergas trabalhadas em linha reta. Seu telhado traz, tal qual o do Quartel, um largo beiral

⁹ NEIVA em Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás pg.49

encachorrado sem muita ornamentação. Fato curioso observado durante nossa breve visita, é que as paredes das celas, feitas de taipa de pilão, com espessuras de mais de metro, não tinham porta alguma, apenas um alçapão por onde eram arremessados brutalmente os condenados.

Chafariz de Cauda

O Largo da Boa Morte, cujo nome origina-se da antiga capela pertencente à Confraria dos Homens Pardos a qual ali ficava, recebeu em 1778, um chafariz que viria a rebatizá-lo. Em conjunto com chafariz da Cambaúba, atual Carioca, construído em 1772, a nova obra tinha o objetivo de minimizar os problemas de abastecimento de água, agravados pela seca de três anos que atingiu Goiás. Canalizando águas do córrego Chapéu de Padre, através de tubulações em pedra sabão, o chafariz possui bicas, localizadas num pátio interno provido de bancos perimetrais talhados em pedra, para atendimento à população e dois tanques externos destinados aos animais. Marcado por volutas e coruchéus diversos, sua ornamentação é característica do Rococó. Devido à disposição do aqueduto em sua parte posterior, é chamado de Chafariz de Cauda. Ao governo de José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1772-1778), um dos mais populares da história, são atribuídas as obras desses chafarizes, assim como o calçamento de várias ruas e a reconstrução de três pontes destruídas pela grande cheia do rio Vermelho em 1776. Em função de denúncias infundadas de esbanjamento do dinheiro público, José de Almeida, também conhecido como Barão de Mossâmedes ou Visconde da Lapa, não presenciou a inauguração do grande monumento de sua administração. Junto ao seu nome, no escudo de pedra sabão que marca o frontispício do chafariz está o do Ouvidor Antônio José Cabral, o qual compôs a Junta que assume a administração da capitania com a partida de Almeida.

Igreja da Boa Morte

A antiga Capela da Boa Morte foi transferida para o Largo do Palácio (ou da Matriz) no ano de 1779 quando os militares, impedidos por ordem régia de serem proprietários de igreja, doaram a construção à Confraria dos Homens Pardos. No ano de 1874, data de um dos desabamentos da Matriz de Santana, esta foi transferida para a Igreja da Boa Morte provisoriamente. Construída em alvenaria de pedra rebocada e caiada de branco, apresenta ainda algumas paredes internas em adobe. Assim

como a maioria das edificações religiosas goianas, a igreja não apresenta torre sineira, sendo o sino locado em uma estrutura de aroeira disposta em um pequeno jardim adjacente. Tem uma das únicas fachadas tipicamente barroca da cidade, um marco monumental da paisagem urbana localizado no ponto mais alto do largo do Palácio, na esquina entre a Rua do Horto e a da Fundação. Este aspecto das ruas ressalta a monumentalidade do edifício que aparece isoladamente. Em 1921 é consumida por um incêndio que destruiu o altar-mor, a sacristia e várias imagens de madeira atribuídas ao escultor Veiga Valle, representando mais uma grande perda para o acervo cultural do estado.

Igreja de Santa Bárbara

Outro marco da paisagem de Vila Boa é a singela igreja de Santa Bárbara. Localizada no alto de uma colina, a igreja é facilmente vista de vários pontos, além de proporcionar uma vista panorâmica da cidade, tendo ao fundo a exuberância da Serra Dourada. Construída entre 1775 e 1780, com fachada extremamente simples, exhibe dois volumes nivelados com a base do frontão, possivelmente uma estrutura de espera de torres planejadas e não construídas. Na planta podemos verificar algumas características marcantes dessa edificação como os contrafortes laterais, volume não registrado em nenhum outro exemplar da região, e a capela-mor que constitui um volume solto dentro de outro maior, separando a nave da sacristia. São claramente perceptíveis os locais destinados às torres, por onde se tem acesso ao coro. Uma longa escadaria originalmente em pedra sabão liga o adro da igreja à cidade ao pé do morro. A partir da retificação das ruas de Goiás, uma das propostas apresentadas em 1782 era a abertura de uma larga e arborizada avenida que ligava Santa Bárbara à Rua da Abadia, tendo características, não se sabe se intencionalmente, do urbanismo barroco europeu.

Nossa Senhora da Abadia

Uma das últimas construções religiosas feitas em Vila Boa, erigida no ano de 1790, a Igreja da Abadia é considerada por muitos a jóia entre as obras religiosas locais pela harmonia apresentada nas suas proporções. Sua fachada é marcada por um frontão barroco recortado, com dois coruchéus nas laterais a exemplo da igreja da Boa Morte. Sua torre sineira aparece em um corpo separado da igreja, tendo acesso independente. Alinhando-se com as casas vizinhas, na esquina da Rua da Abadia com a

atual Rua dos Bancários, esta igreja não assume o caráter de monumentalidade visto nas igrejas tratadas anteriormente, o que ressalta sua simplicidade. Seu interior, ainda simples, possui um púlpito trabalhado em madeira, uma mesa de comunhão ricamente entalhada em peças isoladas também de madeira e uma belíssima pintura no teto representando Nossa Senhora no céu entre anjos, considerada por nós a mais bonita de Goiás Velho. Apesar de desconhecida a autoria da obra, não se pode ignorar o elevado apuro técnico e artístico empregado na mesma. Outra obra de destaque encontrada no interior da igreja é a escultura de Nossa Senhora da Abadia do artista Veiga Valle, presente no altar-mor desde o século XIX, em substituição à imagem original, que se encontra hoje no altar da sacristia.

A cidade possui inúmeros outros edifícios dignos de estudo, representando as mais diversas épocas e estilos. São exemplos a Casa de Fundação, a Igreja de São Francisco de Paula, o Mercado Municipal e a Casa do Bispo, atual sede do IPHAN em Goiás, dentre outros. De maneira geral, as construções eram bastante simples tanto do ponto de vista construtivo como de organização espacial, sendo as técnicas mais disseminadas a taipa de pilão e o adobe, heranças da cultura árabe e que representam sobretudo a ligação direta com as disponibilidades materiais do local. As residências eram compostas em sua maioria de pavimento único, tendo a seguinte organização espacial: um corredor longitudinal liga todos os cômodos, ficando os ambientes sociais na parte frontal do lote (bastante estreito em alguns casos), seguidos dos ambientes íntimos e as dependências de serviço ao fundo. Poucos eram os edifícios assobradados.

Chama atenção a simplicidade de todas as igrejas, num grande contraste com aquelas encontradas no litoral Brasileiro ou no interior de Minas, sendo semelhança maior estabelecida não com outros modelos brasileiros, mas sim com as pequenas capelas do interior de Portugal. Isso é um fator que ressalta não só o isolamento da capitania no contexto nacional, como também o aspecto já mencionado por nós de Goiás nunca ter experimentado a condição econômica gozada por Ouro Preto e outros pólos da mineração, muito em virtude do precoce esgotamento de suas minas.

A capitania de Goiás enfrentou, em todas as administrações, problemas para equilibrar despesas e receitas, mais um fator que confirma aquilo que acabamos de comentar. Mas apesar das dificuldades, algumas obras importantes podem ser citadas no desenvolvimento da capital como: alinhamento e calçamento das ruas realizados em diversos governos; retificação das pontes sobre rio Vermelho, destruídas periodicamente pelas enchentes — grandes cheias foram registradas nos anos de 1776, 1782 e 1839 — ; a criação de um passeio público na Praça da Matriz no ano de 1782 — nos moldes do

projeto de Mestre Valentim para o Passeio Público do Rio de Janeiro — ; a criação do horto botânico, uma espécie de reservatório das plantas úteis do país, recomendado por carta régia, na primeira década do século XIX; a construção do hospital de caridade em 1825; o primeiro cemitério, construído em 1844 e inaugurado em 58, tendo sido proibido o sepultamento no interior das igrejas; a iluminação pública à base de querosene, inaugurada em 1848; construção do Mercado em 1860 e uma tentativa, frustrada supostamente em razão de vandalismos, de arborização da cidade em 1865.

A cidade de hoje, tombada recentemente como patrimônio cultural da humanidade, preserva muitas das características da antiga vila. Ainda pouco arborizada e com uma série de adaptações na tentativa de acompanhar os passos da modernidade, Goiás enfrenta as incompatibilidades entre o surgimento de novas demandas urbanas e a necessidade de preservação, mas mantém-se organismo vivo, legado das primeiras ocupações do homem branco em sertões tão inacessíveis, e da história tão pouco valorizada de um país vasto e rico nos mais diversos aspectos materiais e culturais, que felizmente têm sido aos poucos resgatados, pela iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e pelas diversas companhias de cultura existentes. Apesar das condições de preservação e restauração ainda distantes do ideal, esperamos que os trabalhos continuem se desenvolvendo para que o imprescindível resgate da cultura brasileira possa ser efetivado contribuindo para a formação e consolidação da identidade nacional, não mais submetida aos estigmas do povo colonizado e subdesenvolvido com produção cultural desprovida de valor ou autenticidade.

Comentários Finais

A cidade de Goiás Velho, que nasceu de um arraial fundado em 1727, teve sua história marcada pelo vertiginoso crescimento inicial em função da corrida do ouro e pela grande evasão na década de 1770. Realmente, as minas de Goiás tiveram rendimentos por um período relativamente curto de tempo, causando admiração a sobrevivência da cidade em detrimento das inúmeras outras que surgiam e desapareciam acompanhando as minas. Estatísticas apontam que em Vila Boa, no ano de 1738 havia 4461 escravos e 1487 homens livres; em 1741, 253 estabelecimentos comerciais existiam em toda a capitania, dos quais um terço ficava na capital. Relata-se que em uma só rua havia mais de trinta lojas.

No Governo de D. Marcos de Noronha, primeiro da Capitania de Goiás, começa a surgir uma sociedade fixa com a diminuição daquele espírito forasteiro característico das povoações mineradoras. Nesse tempo, apogeu da mineração, a capitania respondia pelos maiores rendimentos dos dízimos reais: “*as casas de fundição de S. Félix e Vila Boa eram duas guelas de lobos famintos, a consumir o produto do suor dos trabalhadores das minas*”.¹⁰ E a sociedade, marcada pela exploração da mão-de-obra escrava encontrava o ambiente mais propício aos fuxicos e intrigas, determinantes de sérias perseguições nos diversos governos. Nas palavras de Saint-Hilaire: “*o ócio é a máxima felicidade dessa gente. O próprio soldado raso que tem que levar uma carta da Real Fazenda ao Palácio do Governo, apenas a duzentos passos de distância, não a leva ele próprio. Manda-a por um negro escravo e a toma à soleira do edifício*”.¹¹ Conta-se que pessoas recém libertas faziam questão de ficar à toa, não pelo descanso, mas pelo símbolo de *status* representado pelo ócio. Um fato curioso é que, segundo moradores, o *status* social era indicado também pelo número de janelas das casas, sendo os impostos diretamente proporcionais a esse número.

Mas, apesar de tudo, Goiás teve célebres intelectuais e artistas que deixaram importantes legados às gerações futuras. São exemplos o filólogo Luiz Maria da Silva Pinto, autor de um Dicionário da Língua Brasileira, impresso em Ouro Preto em 1832; o escritor Hugo de Carvalho Ramos, profundo conhecedor da cultura goiana e o artista José Joaquim da Veiga Valle, autor das mais belas imagens encontradas no estado.

Com o fim da euforia do ouro os governos foram marcados pela tentativa de incentivo à produção agropecuária e à navegação do rio Araguaia, só efetivada em 1804 no governo de D. Francisco de Assis Mascarenhas. E as mais belas construções dos tempos áureos como a Matriz de Santana e a Capela da Lapa não puderam testemunhar aos nossos dias a riqueza daqueles tempos.

¹⁰ BRASIL em *Súmula de História de Goiás* pg. 68

¹¹ CHAUL em *Caminhos de Goiás* pg. 51

Sucumbindo a primeira aos próprios esforços da estrutura e a segunda ao ímpeto avassalador do Rio Vermelho. Os periódicos ataques dos ferozes índios caiapós, as regulares cheias do rio Vermelho, que carregavam as pontes, eram dos poucos acontecimentos no dia-a-dia da cidade a provocar movimentações significativas. Isolada no meio do sertão, a cidade teve papel importante no apoio logístico e como ponto de abastecimento aos combatentes da Guerra do Paraguai, mas nunca recuperou a efervescência dos dias de mineração. Em relatório oficial de Pedro Ludovico Teixeira, governador responsável pela transferência da capital para Goiânia — transferência essa feita à custa de imensas mágoas ao povo vilaboense — relata: “ *de 1790 a 1915 Goiás não chegou a construir em média uma casa por ano (...) a média das casas que entre 1890 e 1932 deixaram de existir, porém, derruídas pelo tempo, reduziria a zero a média de construções, ainda que esta se elevasse a três por ano*”.¹²

Hoje em dia a cidade não conta mais com as prerrogativas de capital do estado, mas nem por isso deixa de representar importantíssimo legado da história desse povo destemido que se aventurou por terras tão ariscas. Uma vez por ano, o governo do estado é simbolicamente transferido para a antiga capital e por alguns dias o governador despacha do velho e bom Palácio Conde dos Arcos... demonstrando assim o carinho e o respeito dispensado por todos a essa cidade de grande valor não só para o povo goiano mas para o Brasil.

¹² ÉLIS em *Vila Boa de Goiás* pg. 22

Referências Bibliográficas:

- **BRASIL**, Americano do — *Súmula de História de Goiás*. Editora EDIGRAF Ltda. São Paulo – SP. 1961.
- **CHAUL**, Nasr Fayad — *Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Editora UCG. Goiânia – GO. 1997.
- **COELHO**, Gustavo Neiva — *Goiás: Uma Reflexão Sobre a Formação do Espaço Urbano*. Editora UCG. Goiânia – GO. 1996.
- ————— *Guia dos Bens Imóveis Tombados em Goiás. Vila Boa. Volume I*. Gráfica e Editora Vieira. Goiânia – GO. 2001.
- **MAIA**, Tom; **ÉLIS**, Bernardo; **MAIA**, Thereza Regina de Camargo — *Vila Boa de Goiás*. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro - RJ. 1979.
- **MATTOS**, Joaquim Francisco de — *Os Caminhos de Goiás*. Editora Comercial SAFADY Ltda. São Paulo – SP. 1980.
- **SAINT-HILAIRE**, Auguste de — *Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco e Pela Província de Goyaz – TOMO PRIMEIRO*. Companhia Editora Nacional. São Paulo – SP. 1937.